

NOTA INTRODUTÓRIA: reconfigurações nos estudos sobre políticas de currículo

Alice Casimiro Lopes
Elizabeth Macedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Se a política é o conjunto de decisões adotadas em um terreno indecidível – ou seja, um terreno no qual o poder é constitutivo –, o social só pode consistir das formas sedimentadas de um poder que tem apagado os traços de sua própria contingência

Ernesto Laclau (1993)

Os estudos sobre políticas de currículo vêm se ampliando nos últimos anos em diferentes países, em muito influenciados pelo aumento da intervenção estatal em questões educacionais. Como aponta Ball (1998), essa intervenção tem agido no sentido de vincular a escolarização ao emprego e à produtividade, reduzindo custos da educação e controlando os conteúdos do currículo e da avaliação. A análise desse controle estatal da educação e do currículo, no entanto, tem-se modificado em relação a trabalhos anteriores. É verdade que ainda são bem comuns estudos sobre políticas de currículo centrados na ação do Estado e marcados, em geral, por uma interpretação da noção gramsciana de hegemonia. Porém, é cada dia mais freqüente a valorização de outras dimensões do processo político, pela incorporação de marcos teóricos que destacam a complexidade das políticas e das relações de poder que as constituem e pela interpretação da esfera da cultura como não-saturada por determinações econômicas. Nesse sentido, as determinações do Estado são entendidas como parte importante de um ciclo de produção de políticas, mas também como incapazes de direcionar toda a ação da escola ou mesmo a formulação dos documentos curriculares. O próprio entendimento das determinações do Estado é reinterpretado, uma vez que nessa esfera também são encenados conflitos vários, sem um direcionamento comum obrigatório, o que confere à esfera estatal a dinâmica de poderes difusos não-centralizados.

Vimos desenvolvendo no Grupo de Pesquisa **Currículo: Sujeitos, conhecimento e cultura** pesquisas em políticas de currículo no sentido dessas reconfigurações

contemporâneas. Para tal, temos nos baseado nas formulações de Stephen Ball, particularmente em sua descrição de um ciclo contínuo de políticas, em que três contextos primários, públicos e privados — de influência, de produção dos textos curriculares e da prática — se articulam (Ball, 1992). O contexto de influência é aquele onde normalmente as definições políticas são iniciadas e os discursos políticos são construídos; onde acontecem as disputas entre quem influencia a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno dos partidos políticos, do governo, do processo legislativo, das agências multilaterais, dos governos de outros países cujas políticas são referência para o país em questão. O contexto de produção dos textos das definições políticas é constituído pelo poder central propriamente dito, que mantém uma associação estreita com o primeiro contexto, e formula os textos visando ao direcionamento das ações nas práticas. O contexto da prática, entendido por Ball como eminentemente plural, é aquele onde as definições curriculares são recriadas e reinterpretadas. Tais recriações e reinterpretações são também incorporadas pelos outros dois contextos, conferindo o caráter circular dos discursos nesse ciclo. Ball (1994) ainda menciona, com caráter distinto, o contexto de efeitos e o contexto de estratégia política, buscando salientar a necessidade de investigar os efeitos que as políticas exercem nas questões relativas à igualdade, justiça social e liberdade do indivíduo, bem como as estratégias utilizadas nos processos de produção e reprodução das desigualdades sociais.

As possibilidades analíticas oferecidas pelas formulações de Ball apontam para a superação de modelos de política marcados pela prescrição — e pela supervalorização do contexto de influência — na formulação e na análise de políticas, bem como para reconceptualização dos efeitos das orientações oficiais e político-econômicas sobre as práticas.

O texto de Ball que escolhemos apresentar neste dossiê apresenta uma importante reflexão sobre as pesquisas em políticas de currículo, chamando a atenção para riscos que precisam ser assumidos por nós que estudamos o currículo. Após uma descrição densa das transformações das relações entre Estado e sociedade nas sociedades contemporâneas — em que salienta as mudanças nas relações interpessoais e inter-institucionais, nas relações de trabalho e nos valores —, o autor defende que a análise das políticas educacionais convive com a tensão entre um compromisso com a eficiência e um compromisso com justiça social. Na defesa do segundo compromisso, o autor procura analisar questões epistemológicas na pesquisa em políticas.

Os demais artigos aqui reunidos são decorrentes de pesquisas sobre políticas de currículo desenvolvidas no Grupo já mencionado e dos intercâmbios estabelecidos a partir dessas mesmas pesquisas. Uma das pesquisas — *A produção de políticas de currículo em contextos disciplinares* — tem sido espaço de investigação de como discursos de comunidades disciplinares atuaram e atuam na produção de políticas de currículo, produzindo sentidos e significados que se hibridizam a orientações do contexto de produção de textos das políticas e do contexto de influência. Dois textos aqui apresentados são diretamente decorrentes dessa pesquisa: o texto de Alice Casimiro Lopes e o texto de

Rosanne Evangelista Dias e Sílvia Braña López.

Em seu texto, Alice parte do questionamento da interpretação verticalizada das relações entre Estado e políticas de currículo, para buscar analisar os discursos que constituem as políticas de currículo na atualidade. Dentre os discursos hegemônicos, são destacados o discurso em defesa de uma cultura comum, que fundamenta projetos de currículo nacional, e o discurso que constitui uma cultura da performatividade, que engendra os processos de regulação do indivíduo. A argumentação central do texto se dirige para o entendimento de como a desconstrução das marcas excludentes das atuais políticas transcendem processo de interlocução com a esfera estatal, exigindo a identificação das ações das comunidades epistêmicas que produzem e difundem tais discursos.

Também buscando entender a ação das comunidades epistêmicas, o texto de Rosanne e Sílvia analisa a atuação da Unesco como difusora e produtora de discursos curriculares. Particularmente são investigados os discursos sobre política curricular para a formação de professores e avaliação do ensino, visando a compreender as interconexões entre eles. Assim, valorizando a atuação das agências multilaterais na produção de políticas de currículo, as autoras introduzem o argumento de que não se trata de uma dominação verticalizada, engendrada pela força das ações de fomento, mas pela capacidade de fazer circular idéias e conhecimentos que são apropriados e reinterpretados por diferentes grupos sociais.

Como decorrência do intercâmbio estabelecido por nosso grupo com a Universidade do Porto, a partir do projeto *Propostas curriculares e escolas no Brasil e em Portugal*, temos o artigo de Carlinda Leite. Neste artigo, Carlinda nos oferece uma análise das políticas de currículo em Portugal nos últimos anos, focalizando particularmente as escolas e os professores. Sua investigação prioriza entender qual a capacidade das atuais propostas de reorganização curricular do ensino básico para estimular os professores a terem uma relação inteligente com os currículos. Nesse sentido, a preocupação com a profissionalização docente perpassa todo o texto, na medida em que as reorientações curriculares têm sido motivo de os professores sentirem, não apenas a intensificação de seu trabalho, mas a modificação de seu interesse e gosto pela profissão.

Na busca de ampliar a interlocução sobre políticas de currículo com grupos de pesquisa latino-americanos, apresentamos o artigo de Daniel Feldman. Esse pesquisador argentino apresenta em seu artigo uma análise das políticas educacionais na Argentina nos últimos quinze anos. Seu foco é entender a política de currículo como uma política do conteúdo e de sua distribuição, diretamente relacionada com os processos de decisão e de gestão. Igualmente valorizando dimensões para além da estrutura do Estado, Daniel tematiza a relação entre a geração, formulação e desenvolvimento de políticas de currículo e o processo de profissionalização do campo educacional na Argentina. O autor analisa como esse processo é associado ao surgimento de setores acadêmicos e técnicos capazes de atuar na produção de políticas.

Com uma outra ênfase, temos nos apropriado das proposições de Ball para analisar as políticas de currículo como política cultural. Formulada no âmbito dos projetos *Currículo como entre-lugar identitário* e *Currículo de ciências: Uma abordagem cultural*, a

argumentação de que o currículo precisa ser pensado como lugar de enunciação cultural é desenvolvida no texto que Elizabeth Macedo apresenta neste dossiê. Partindo da constatação de que nas teses e dissertações sobre currículo, a tendência à prescrição ainda está muito presente, a autora se dedica a entender o hiato entre currículo como fato e como prática, que está na base dessa tendência. Propõe, então, que o currículo seja concebido como arena de produção cultural ao invés de como seleção de repertórios partilhados da cultura, defendendo que assim se torna viável pensar o poder em uma perspectiva menos linear.

O trabalho de Ozerina Victor de Oliveira, que apresentamos em seguida, é uma tentativa de, a partir dessa formulação da política curricular como política cultural, pensar uma política específica, vivida no município de Ribeirão Cascalheira, Mato Grosso. A autora busca entender como a ação dos protagonistas dessa experiência curricular construiu uma determinada noção de currículo. Em todo o processo, Ozerina busca entender as novas hegemonias que vão se constituindo. A obliquidade das relações de poder é a tônica da análise.

Na tentativa de ampliar as referências a partir das quais as políticas de currículo podem ser entendidas, iniciamos um intercâmbio com William Pinar, de quem apresentamos neste dossiê um texto, anteriormente apresentado em palestra no Proped/UERJ, em março de 2006. Nesse texto, a teoria curricular é apresentada como uma área interdisciplinar. O autor analisa as políticas educacionais contemporâneas, mostrando que também nos EUA a educação pública está dominada por discursos conservadores e pela cultura da performatividade. Recuperando, no entanto, a idéia do currículo como *currere*, Pinar encontra, no retrospecto histórico aos anos 1950, mecanismos inconscientes que nos permitem explicar o atual momento como expressão de ansiedades raciais e de gênero.

A partir das reconceptualizações no campo das políticas de currículo que apontamos inicialmente, e de todas aquelas que são desenvolvidas, de formas distintas, nos diferentes textos, é possível afirmar que o campo da política perde seu centro definido e único, assim como perde a dimensão da certeza dos direcionamentos a serem construídos. Procuramos salientar, contudo, que isso não significa desconectar política e poder, ou mesmo abandonar as lutas por novas hegemonias, ficando à mercê de jogos de linguagem particulares dispersos. Defendemos a possibilidade de entender, como fazem Laclau e Mouffe (2001), que não existe uma razão externa à arena política que resolverá os antagonismos e estabelecerá uma possibilidade política em que não haja interesses e relações de poder conflitantes. Novas hegemonias serão construídas pela negociação constante, nunca finalizada, entre o universal e o particular, em um processo que torna a emancipação um projeto de democracia radical.

Referências

BALL, Stephen J., (1992). The policy processes and the processes of policy. In: BOWE, R., BALL, S., GOLD, A. (org.) *Reforming education & changing school: case studies in policy sociology*. Londres /

Nova Iorque: Routledge. p.6-23

BALL, Stephen J., (1994). *Education reform; a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University.

LACLAU, Ernesto (1993). Power and representation. POSTER, Mark (ed.). *Politics, Theory and Contemporary Culture*, New York, Columbia University Press, p. 277-297. Traduzido para o espanhol por Leandro Wolfson, acessada, em 20 de junho de 2006, às 14:30 h, no endereço www.insumisos.com/Articulos/Poder%20y%20representación.pdf.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal (2001). *Hegemony and socialist strategy*. Londres, Verso.

Correspondência

Alice Casimiro Lopes, Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: arclopes@lv.microlink.com.br

Sítio: www.curriculo-uerj.pro.br

Elizabeth Macedo, Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: bethmacedo@pobox.com

Sítio: www.curriculo-uerj.pro.br

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização das autoras.
